

DECEL ON SCREEN INFORMATION



DECEL 17
A nos

SUSTAINABILITY | DEVELOPMENT | GOVERNANCE

São Tomé

Avenida Kwame N'Kruma - Ponta Mina | Edifício Manuel da Glória, 1º Andar, direito

Telefone +239 2225516 | 9913910 - Caixa Postal: 272 | E-mail: geral@empresadecel.com

www.empresadecel.com

DECEL ON SCREEN INFORMATION

Cientes da importância que representa a comunicação na sociedade, a DECEL traz uma revista com o conceito três em um, onde sua missão, visão e valores procuram contribuir de forma significativa em termos de informação para a sociedade em geral, com uma estratégia empresarial inovadora, equilibrada e sustentável, tendo como princípios estruturantes uma atuação séria e competente.

A mesma comporta, na 1ª secção, artigos de pessoas idóneas que defendem uma causa, bem como as que são especialistas em determinados assuntos, e que têm um contributo a dar.

A 2ª secção é exclusiva à divulgação de empreendedores e empresas privadas de vários segmentos.

E a 3ª é destinada a uma resenha trimestral dos principais assuntos nacionais e internacionais,





ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE - ESG

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA VS SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Contemporaneamente o tema aquecimento global, gestão de carbono, sustentabilidade financeira ambiental e ESG estão no topo da agenda do mundo corporativo.

ESG é o acrônimo para Environmental, Social and Governance, isto é, Ambiental, Social e Governança.



Esse conceito tem usos diferentes, podendo ser aplicado internamente, na gestão da empresa, ou externamente, para analisá-la.

O ESG se trata das especificações ambientais, sociais e de governança que são aplicadas ao negócio para padronizar suas atividades.

O objetivo geral é minimizar os impactos ambientais e desenvolver empresas mais humanas, fazendo a diferença na sociedade.

O meio Ambiente, a Sociedade e Governança representam os três pilares para implementar as práticas ESG.

◆

Cada um desses três pilares desempenha um papel crucial na criação de uma estratégia ESG eficaz e na promoção de práticas de negócios sustentáveis e responsáveis.

O principal objetivo do desenvolvimento sustentável é usar de maneira consciente os recursos naturais sem comprometer o bem-estar das gerações futuras, ou seja, encontrar o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental.



Para uma empresa ser ESG é necessário integrar as práticas ambientais, sociais e de governança. Isto significa que a empresa deve ter políticas e procedimentos implementados para proteger o meio ambiente, seus clientes, seus colaboradores e seus acionistas.

As ações ligadas à letra E, referem-se a boas práticas ambientais. Ou seja, aquelas cujo objetivo é conter as mudanças climáticas e a emissão de gás carbônico na natureza. Paralelamente a isto, também dizem respeito à utilização de recursos naturais e à preocupação com o tratamento correto de resíduos.



Dr. Demóstene
Vasconcelos Pires
dos Santos



A letra S representa a frente social, ou seja, tudo que tenha relação com pessoas, comunidades e a sociedade em geral. Refere-se às ações sociais adotadas pelas empresas para minimizar os níveis de desigualdade no país, a partir de aspetos: econômico, racial, regional e de gênero. Para tanto, as organizações

organizações devem investir em ambientes de negócios mais inclusivos e sustentáveis para além da diversidade, desenvolvendo estratégias efetivas para envolver temáticas ligadas à inclusão e diversidade; engajamento dos funcionários; privacidade e proteção de dados.



GOVERNANÇA

A letra G corresponde ao pilar Governance, que diz respeito a ações voltadas à governança corporativa e administrativa de uma empresa. Logo, são tratadas questões como transparência, ética e desempenho de resultados.

Em resumo, trata-se da conduta empresarial, do conjunto de ações que definem as responsabilidades de cada um dentro da empresa, respeito à legislação, adoção de valores éticos na condução dos negócios, promoção de práticas anticorrupção e transparência na prestação de contas.

Para além das inúmeras vantagens existentes na aplicação do ESG, as Empresas com boas práticas de ESG correm menos riscos de enfrentarem problemas jurídicos, greves, fraudes e por conseguinte, geram um impacto positivo na sociedade e no meio ambiente.



Demóstene Pires dos Santos

Professor da Faculdade de Ciência e Tecnologia da USTP

A RELEVÂNCIA DO REPORTE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL SOBRE CATÁSTROFES NATURAIS



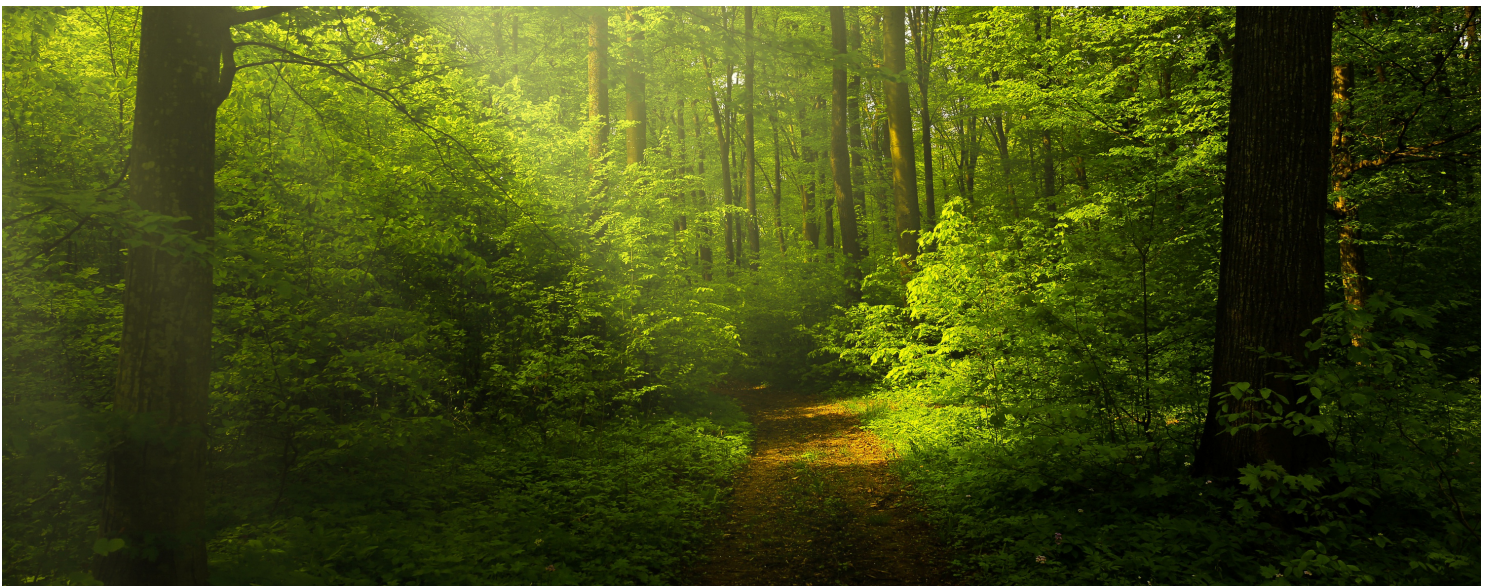
Elizabeth B. M. Sousa Pontes

Professora Assistente do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais, Universidade de São Tomé e Príncipe

Atualmente, a sociedade tornou-se mais crítica relativamente à atividade empresarial e, consequentemente, muitas empresas foram obrigadas a repensar o seu comportamento ético, pressionadas pela competitividade do mercado, tendencialmente globalizado. Com o desenvolvimento económico em harmonia com a preservação do meio ambiente, o almejado Desenvolvimento Sustentável (DS) passou a integrar a agenda política e a constituir prioridade de governos, organizações internacionais e empresas (Romeiro, 2012).

O DS é definido como “(...) o desenvolvimento que dá resposta às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de poderem satisfazer as suas”(WCSD, 1987: p.54). Esta definição de desenvolvimento, amplamente utilizada por governos, empresas e outras organizações (Gladwin et al., 1995) aponta para a necessidade de melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas sem aumentar o uso dos recursos naturais para além da capacidade de carga do planeta.

Na visão de Wood (1991), a relação entre a sociedade e a empresa faz recair sobre esta última expectativas e responsabilidades em virtude do seu papel enquanto organização geradora de riqueza. Tal responsabilidade recai tanto sobre o seu comportamento, quanto sobre os seus gestores enquanto protagonistas morais dentro da esfera empresarial.



Nesta senda, Tinoco & Kraemer (2004: p. 104) registam que “o reconhecimento da dimensão social das empresas exige que sejam criados instrumentos de demonstração dos atos e valores relevantes para a sociedade, ou para os parceiros (stakeholders) da empresa e não apenas dos resultados económicos financeiros”. Ou seja, essa necessidade emerge de um hiato de informações de cariz social que não estão contempladas nos relatórios tradicionais (demonstrações financeiras).

Assim, as tendências atuais apontam para uma nova forma de comunicar as questões sociais e ambientais (Bebbington & Gray, 1997; Larrinaga et al., 2002; Kolk 2004, 2005; Larrinaga et al., 2008) em complemento das informações económico-financeiras (Weber & Marley, 2012). Esse importante canal pelo qual as organizações procuram atender às necessidades de informação são os Relatórios de Sustentabilidade (RS) (Hahn & Kühnen, 2013).



Atualmente, os relatórios relacionados à sustentabilidade tornaram-se numa prática dominante, de natureza voluntária (Burritt & Schaltegger, 2010; Chen & Bouvain, 2009; Herzig & Schaltegger, 2006; Schreck & Raithel, 2018) que, apesar da sua multiplicidade de designações, destacam-se por acentuar as atividades e impactos sociais e ambientais (Guthrie & Hacking, 2008; KPMG, 2008). Além disso, o disclosure é importante na medida em que contribui para a redução da assimetria de informação entre os gestores e os diferentes stakeholders da empresa, particularmente os investidores (Lins et al., 2010).

Além disso, pesquisadores sugerem que a reputação das empresas pode ser aprimorada ao relatarm atividades não financeiras, ou seja, o envolvimento em questões sociais que não sejam consideradas como parte principal do seu negócio (Herzig & Schaltegger 2005; Wild, 2002), como o envolvimento em catástrofes naturais, fenómenos que colocam em risco o esforço para se alcançar o DS (Twigg, 2001). Portanto, propõe-se neste estudo analisar a relevância dos RS, enquanto instrumento de prestação de contas de atividades baseadas na responsabilidade social das empresas, associado às catástrofes naturais.

2. O Reporte sobre as Catástrofes Naturais

Nos últimos anos, o mundo tem estado a enfrentar crises económicas e inúmeras catástrofes naturais a nível global. Catástrofe natural pode ser definida como “uma situação ou evento que supera a capacidade local, necessitando de solicitação no nível nacional ou internacional para assistência externa; é um evento imprevisto e muitas vezes repentino que causa grandes danos, destruição e sofrimento humano” (CRED, 2022).

Os dados estatísticos sobre os efeitos das catástrofes apontados pelo banco de dados de eventos de emergência (EM-DAT) mantido pelo Centro de Pesquisa em Epidemiologia de Desastres (CRED) também permitem relacionar os fatos e os números, tornando possível a sua análise e mitigação. De fato, a ocorrência de terremotos, inundações, temperaturas extremas (por exemplo, ondas de calor), incêndios, tufões e furacões, entre outras, são estatísticas que estão cada vez mais documentadas e refletidas nos relatórios do EM-DAT's ao longo dos anos (por exemplo, CRED, 2017-2022). Nos últimos seis anos, entre 2017-2022, registaram 2254 ocorrências de perigos e desastres naturais em todo o mundo, resultando na perda de 89.492 vidas e afetando 644,6 milhões de indivíduos. As perdas económicas totalizaram cerca de US\$1216,10 bilhões (CRED, 2017-2022).



Portanto, as trágicas consequências de tais catástrofes incentivam a intervenção das empresas (Shi, 2020) que, através da sua responsabilidade social, podem desempenhar papéis sociais importantes, tais como atividades pró-ambientais, doações de caridade e voluntariado comunitário (Du et al., 2010 ; Gaither et al., 2018 ; Scherer & Palazzo, 2007).



Existem diferentes definições para Relatórios de Sustentabilidade (RS). Wood (1991) concebe os RS como a divulgação metódica de informações sobre os princípios de responsabilidade social de uma empresa, processos de responsabilidade social e impactos associados às atividades sociais da empresa. Por sua vez, a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) tem sido encarada como iniciativa que visa beneficiar a sociedade de forma voluntária (McWilliams & Siegel, 2001) ou como uma estratégia corporativa (Michael, 2003) para melhorar a imagem da empresa (Frankental, 2001).

Os dados estatísticos sobre os efeitos das catástrofes apontados pelo banco de dados de eventos de emergência (EM-DAT) mantido pelo Centro de Pesquisa em Epidemiologia de Desastres (CRED) também permitem relacionar os fatos e os números, tornando possível a sua análise e mitigação. De fato, a ocorrência de terremotos, inundações, temperaturas extremas (por exemplo, ondas de calor), incêndios, tufões e furacões, entre outras, são estatísticas que



estão cada vez mais documentadas e refletidas nos relatórios do EM-DAT's ao longo dos anos (por exemplo, CRED, 2017-2022). Nos últimos seis anos, entre 2017-2022, registaram 2254 ocorrências de perigos e desastres naturais em todo o mundo, resultando na perda de 89.492 vidas e afetando 644,6 milhões de indivíduos. As perdas económicas totalizaram cerca de US\$1216,10 bilhões (CRED, 2017-2022).



Portanto, as trágicas consequências de tais catástrofes incentivam a intervenção das empresas (Shi, 2020) que, através da sua responsabilidade social, podem desempenhar papéis sociais importantes, tais como atividades pró-ambientais, doações de caridade e voluntariado comunitário (Du et al., 2010 ; Gaither et al., 2018 ; Scherer & Palazzo, 2007).

Existem diferentes definições para Relatórios de Sustentabilidade (RS). Wood (1991) concebe os RS como a divulgação metódica de informações sobre os princípios de responsabilidade social de uma empresa, processos de responsabilidade social e impactos associados às atividades sociais da empresa. Por sua vez, a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) tem sido encarada como iniciativa que visa beneficiar a sociedade de forma voluntária (McWilliams & Siegel, 2001) ou como uma estratégia corporativa (Michael, 2003) para melhorar a imagem da empresa (Frankental, 2001).



Assim, na lente de Herzig & Schaltegger (2006: p. 301) alcançar o DS requer “participação e, por sua vez, não há participação sem divulgação de questões e atividades relevantes para a sustentabilidade”. A expressão “participação” pode remeter para a discussão sobre o (suposto) envolvimento das empresas nas catástrofes associadas aos fenómenos naturais.

O reconhecimento da responsabilidade social que as empresas devem assumir é importante, mas não é suficiente. Faz-se necessário disponibilizar ou comunicar informações sobre estas atividades aos seus stakeholders. De acordo com He et al. (2022, p.1) “RSE é especialmente importante e valiosa em tempos de crise que atingem uma ampla gama da economia, como as catástrofes naturais”. A literatura sobre os relatórios de sustentabilidade, no que se refere ao envolvimento em catástrofes baseados na responsabilidade social torna-se especialmente relevante, quanto maior a gravidade dessas catástrofes, pelo facto de as pessoas se estabelecerem em lugares cada vez mais perigosos (Trindade & Santos, 2021).

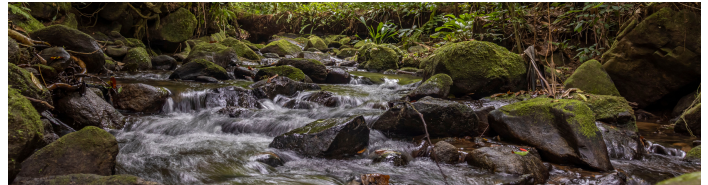


Desse modo, a intervenção das empresas em alívio das consequências provocadas pelas catástrofes, como parte inalienável da responsabilidade social, abre o caminho para as empresas se envolverem em uma área onde antes apenas os organismos internacionais como a ONU, governos e ONGs tinham espaço (He et al., 2022). As empresas podem desempenhar um papel essencial no apoio à comunidade, de modo abrangente, em atividades de gestão de risco e na mobilização de recursos humanos e financeiros, bem como de materiais para utilização durante um evento natural (Issar et al., 2012).

Por conseguinte, a expressão “não há participação sem divulgação de questões e atividades relevantes para a sustentabilidade” parece apontar para o papel do reporte dos (supostos) esforços das empresas no sentido de mitigar os impactos das catástrofes naturais feitos no âmbito da “participação” ou contribuição para o DS. Conforme referido por Godfrey et al. (2009 : p. 428), “qualquer atividade socialmente responsável só pode se tornar efetiva se for de conhecimento público por meio de auto-revelação ou relatos de terceiros.” Por isso, Herzig & Schaltegger (2006: p.301) afirmam que “não há participação sem divulgação”, o que enfatiza o papel dos relatórios de sustentabilidade empresarial como meio de comunicação para se alcançar o DS. Daub (2007) pondera que os relatórios de sustentabilidade responde a necessidade de informação para um público exigente que exige comportamentos éticos e responsáveis, ou seja, são mecanismos pelo qual a empresa assegura aos stakeholders a capacidade que possui em gerar valor agregado, além da perspectiva económica.



Estudos anteriores sugerem o envolvimento de grandes empresas em atividades baseadas na responsabilidade social associada às catástrofes naturais. Por exemplo, a análise de conteúdo nos relatórios de sustentabilidade das empresas da Fortune 100, no estudo de Johnson et al. (2011)



constatou-se que as empresas como a Walmart, em 2005, responderam ao furacão Katrina que atingiu a Louisiana e Mississippi, nos EUA, fornecendo recursos financeiros para auxiliar na resposta e recuperação de catástrofes, ao passo que as empresas farmacêuticas reportaram doações em espécie, de medicamentos e suprimentos médicos. As evidências empíricas reforçam essa compreensão. Os resultados do estudo de uma amostra constituída por 3.298 empresas chinesas listadas no período de 2011 a 2019 realizado por He et al. (2022) sugerem que a presença de catástrofe natural grave está positivamente associada a um maior relato sobre o desempenho de iniciativas de RSE nas províncias chinesas. Assim, o reporte da responsabilidade social responde à necessidade de informação para um público cada vez mais exigente e atento ao comportamento ético e responsável das empresas, no que se refere ao suposto contributo para se alcançar o Desenvolvimento Sustentável.



Os Desafios da Sobrelotação Turística nos destinos insulares e predominantemente natural: Caso São Tomé e Príncipe.

Nelsy Sousa

Especialista em Turismo

São Tomé e Príncipe, como muitos outros destinos insulares e pouco estruturados, poderá enfrentar desafios significativos relacionados à superlotação turística. Por isso, é importante que as empresas do sector de turismo entendam definitivamente o tipo de Turismo que se pretende para o país. Para que junto ao sector Público possam definir a prioridade das prioridades e traçar um plano de ação em conjunto, de forma a poder estimular o desenvolvimento sustentável do sector em questão.

Apresento aqui alguns dos desafios específicos que o país poderá enfrentar tais como:

IMPACTOS AMBIENTAIS:

A sobrelotação turística pode exercer uma pressão considerável sobre os ecossistemas naturais únicos de São Tomé e Príncipe. Isso inclui danos à flora e fauna locais, erosão costeira, poluição da água e do ar e degradação dos habitats naturais, como as florestas tropicais.



Impactos sociais e culturais:

A sobrelotação pode causar tensões sociais entre os residentes locais e os turistas, levando a conflitos sobre o uso de recursos, aumento dos custos de vida e descaracterização da cultura local devido à comercialização excessiva.

Preservação da identidade cultural:

O aumento do turismo de forma pouco regularizada, poderá levar à perda da autenticidade e identidade cultural de São Tomé e Príncipe, à medida que os destinos são adaptados para atender às necessidades dos turistas, muitas vezes em detrimento das tradições locais e do patrimônio cultural.



Impactos económicos desiguais:

Embora o turismo possa trazer benefícios económicos para o país, como geração de empregos e receitas, esses benefícios podem não ser distribuídos de forma equitativa entre as comunidades locais. Isso pode resultar em disparidades socioeconómicas e desigualdades.





Preservação da biodiversidade marinha e terrestre: São Tomé e Príncipe é conhecido por sua rica biodiversidade marinha e terrestre. A superlotação turística pode representar uma ameaça para esses ecossistemas delicados, afetando negativamente a vida marinha, como os corais e as tartarugas marinhas, e os habitats terrestres, como as florestas tropicais.



Gestão inadequada do turismo:

A falta de uma gestão eficaz do turismo pode agravar os problemas de superlotação em destinos insulares. A ausência de regulamentação adequada, políticas de planeamento de turismo sustentável e monitoramento ambiental pode resultar em impactos negativos de longo prazo.

Perda de autenticidade: O excesso de turismo pode levar à perda da autenticidade e identidade cultural dos destinos insulares, à medida que são adaptados para atender às necessidades dos turistas, muitas vezes em detrimento das tradições locais e do património cultural.



Abordar estes desafios requer uma abordagem holística que envolva a colaboração entre o Governo, comunidades, empresas de turismo e organizações de conservação ambiental para implementar as estratégias de gestão do turismo que promovam a sustentabilidade, a preservação ambiental e o bem-estar das comunidades locais.

O QUE PRECISA SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE PARA LIDAR COM ESSES DESAFIOS?

Para lidar com esses desafios, São Tomé e Príncipe precisa de uma abordagem de gestão do turismo que priorize a sustentabilidade, a preservação ambiental e o bem-estar das comunidades locais, como prevê o Plano Estratégico e de Marketing para o Desenvolvimento do Turismo de São Tomé e Príncipe. Isso deve incluir também, a implementação de políticas de turismo sustentável, o envolvimento das comunidades locais na tomada de decisões, o desenvolvimento de infraestruturas turística responsável e a promoção da conscientização ambiental entre os visitantes e residentes, sensibilizar é importante!

Não basta somente dizer que o Turismo é prioridade, há que arregaçar as mangas e trabalhar arduamente envolvendo a todos! É preciso olharmos de fora para dentro e analisar se de facto a oferta que temos e promovemos vai de encontro ao que realmente pretendemos para o nosso Turismo, bem como os custos associados para a prática do Turismo em São Tomé e Príncipe.

Promovemos um destino ideal para a prática do Turismo Sustentável, que tem como visão estratégica o destino insular mais preservado da Africa Ocidental, mas que na realidade o que apresentamos é um destino em decadência, com falta de infraestruturas básicas tais como estradas e saneamento básico. A arquitetura colonial em avançado estado de degradação, praias degradadas. Falta de sinalização turística. Falta de animação turística e não só.

É urgente olharmos com alma e sobretudo com o espírito de patriota para o Turismo em São Tomé e Príncipe!

E nunca esquecermos que juntos somos mais!



Gestão Financeira e Controle Financeiro de Pequenas e Médias Empresas

Chaena Dias

Gestora e Contabilista

A gestão financeira é essencial para o sucesso de qualquer empresa, especialmente para as pequenas e médias empresas (PMEs) que muitas vezes possuem recursos limitados.

A gestão financeira de PME está relacionada com a forma como a empresa utiliza seus recursos financeiros de forma estratégica para alcançar seus objetivos e maximizar o retorno sobre o investimento.

Isso envolve a formulação de planos financeiros, definição de metas e orçamentos, análise de viabilidade de projetos, tomada de decisões de investimento e financiamento, entre outros aspectos.

É importante manter um controlo rigoroso das finanças, monitorando receitas, despesas, fluxo de caixa e lucratividade. Além disso, é fundamental criar um plano financeiro sólido, estabelecer metas claras e acompanhar regularmente o desempenho financeiro da empresa. A correta gestão financeira pode ajudar a garantir a sustentabilidade e o crescimento do negócio a longo prazo.

Para se efetivar uma boa gestão financeira de PME é necessário a elaboração dos seguintes instrumentos:

1. Plano financeiro: Tenha um plano de negócios detalhado que inclua projeções financeiras, orçamentos e metas de curto e longo prazo. Isso ajudará a manter o controlo das finanças da empresa e a tomar decisões mais informadas.

2. Controlo do fluxo de caixa: Faça um acompanhamento constante do fluxo de caixa da empresa, garantindo que haja entrada suficiente de receitas para cobrir os gastos. Mantenha um controlo rigoroso sobre os pagamentos a receber e a pagar.



3. Redução de custos desnecessários: Analise os gastos da empresa e identifique áreas onde é possível cortar despesas sem comprometer a qualidade dos produtos ou serviços oferecidos.

4. Plano tributário: Conheça as obrigações fiscais da empresa e busque estratégias para reduzir a carga tributária de forma legal.

5. Gestão de stock: Manter o controlo do stock e evitar excessos pode ajudar a reduzir custos e melhorar a gestão financeira da empresa.

6. Investimento em tecnologia: Utilize ferramentas de gestão financeira e contabilidade para automatizar processos e facilitar o controlo das finanças da empresa.

7. Fundo de reserva: Tenha uma reserva de emergência para lidar com imprevistos e garantir a continuidade das operações da empresa.



De realçar que a gestão financeira de uma PME é um processo contínuo que requer monitoramento constante e ajustes conforme necessário. Ter uma boa gestão financeira pode permitir que a empresa cresça de forma sustentável e alcance seus objetivos de negócio.

A falta de gestão financeira na empresa pode levar a uma série de consequências negativas, tais como:

1. Endividamento: A falta de controlo das finanças pode levar a empresa a acumular dívidas, seja com fornecedores, instituições financeiras ou outros credores, o que pode comprometer a saúde financeira do negócio.

2. Descontrolo de gastos: Sem uma gestão adequada, a empresa pode acabar por gastar mais do que arrecada, o que resulta em prejuízos e possíveis dificuldades financeiras.

3. Falência: Se a situação financeira da empresa se tornar insustentável, ela pode acabar falindo, o que significa o encerramento das atividades e possíveis consequências legais para os sócios e gestores.

4. Perda de oportunidades de investimento: Sem uma gestão financeira eficiente, a empresa pode perder oportunidades de investimento que poderiam trazer crescimento e lucratividade ao negócio.



5. Baixa competitividade: Empresas com problemas financeiros tendem a ter dificuldade em competir no mercado, seja por falta de recursos para investir em melhorias ou por não conseguirem oferecer preços competitivos.

6. Impacto na reputação: Uma má gestão financeira pode afetar a imagem da empresa perante seus clientes, fornecedores, investidores e demais stakeholders, o que pode comprometer a credibilidade e a confiança no negócio.

Em resumo, a falta de gestão financeira pode ter sérias consequências para a empresa, afetando sua sustentabilidade, seu crescimento e sua reputação no mercado. Por isso, é fundamental investir em uma gestão financeira eficiente e planejar estrategicamente as finanças da empresa.



Sistema de Controlo Financeiro

O sistema de controlo financeiro e a gestão financeira são duas abordagens importantes para garantir a saúde financeira de uma PME. Ambos têm diferentes funções e podem ser complementares para garantir o sucesso financeiro da empresa.

O sistema de controlo financeiro refere-se ao conjunto de procedimentos, ferramentas e políticas utilizadas para monitorizar e controlar as atividades financeiras da empresa. Isso inclui o acompanhamento de receitas, despesas, fluxo de caixa, lucro e perda, entre outros indicadores financeiros.

O objetivo do sistema de controlo financeiro é garantir que a empresa esteja a funcionar de forma eficiente e cumprindo seus objetivos financeiros de curto e longo prazo.

A gestão financeira é de extrema importância para qualquer empresa, independentemente do seu porte ou ramo de atuação. Ela é responsável por garantir que a organização tenha recursos suficientes para manter suas operações, pagar suas despesas e investir no crescimento do negócio. Além disso, a gestão financeira é essencial para tomar decisões estratégicas, como a definição de preços de produtos e serviços, a escolha de fornecedores, a realização de investimentos e a expansão da empresa. Uma boa gestão financeira também ajuda a empresa a se manter competitiva no mercado e a aproveitar oportunidades de crescimento.

Por outro lado, a gestão financeira é a capacidade de tomar decisões estratégicas com base nas informações financeiras disponíveis. Isso envolve a análise de dados financeiros, a elaboração de orçamentos, a previsão de fluxo de caixa, a gestão de investimentos e o planeamento financeiro de longo prazo. A gestão financeira tem como objetivo maximizar a rentabilidade da empresa e reduzir os riscos financeiros.



Na gestão financeira de uma pequena ou média empresa, é importante que haja um equilíbrio entre o controlo financeiro e a tomada de decisões estratégicas. O sistema de controlo financeiro deve estar integrado com a gestão financeira, fornecendo informações precisas e atualizadas que permitam aos gestores analisar a situação financeira da empresa e tomar decisões que melhorem a sua rentabilidade e sustentabilidade.

Assim, enquanto o sistema de controlo financeiro é responsável por monitorizar e controlar as atividades financeiras do dia a dia da empresa, a gestão financeira é responsável por tomar decisões estratégicas com base nessas informações para garantir o sucesso financeiro a longo prazo da PME. Ambos são essenciais para uma gestão financeira eficaz e podem trabalhar em conjunto para garantir a estabilidade financeira e o crescimento da empresa.



Na gestão financeira de uma pequena ou média empresa, é importante que haja um equilíbrio entre o controlo financeiro e a tomada de decisões estratégicas. O sistema de controlo financeiro deve estar integrado com a gestão financeira, fornecendo informações precisas e atualizadas que permitam aos gestores analisar a situação financeira da empresa e tomar decisões que melhorem a sua rentabilidade e sustentabilidade.



Em resumo, o sistema de controle financeiro é uma ferramenta essencial para a gestão financeira de uma PME, fornecendo informações precisas e atualizadas que permitem aos gestores tomar decisões estratégicas que garantam o sucesso financeiro da empresa. É importante que ambos trabalhem juntos de forma integrada, garantindo uma gestão financeira eficaz e sustentável.

Além disso, é importante que a gestão financeira da PME inclua a definição de metas e objetivos financeiros claros, a elaboração de um plano financeiro consistente, a análise de investimentos e a avaliação de riscos financeiros. Um sistema de controle financeiro eficiente pode ajudar a empresa a monitorar o cumprimento dessas metas e objetivos, garantindo que as decisões tomadas estejam alinhadas com a estratégia financeira da empresa.





São Tomé e Príncipe (STP) como um Gateway Regional

Maria das Neves Ceita Batista de Sousa

PHD em Ciências Sociais na Especialidade de Desenvolvimento Socioeconómico

O conceito de Gateway é da autoria de Saul Cohen. Para Cohen (2003) uma região Gateway é uma estrutura de acomodação entre diferentes regiões geopolíticas que facilitaria a transferência de energia para as regiões com elevados níveis entrópicos. O autor refere-se também aos Estados de Passagem (Gateway States), como sendo pontos de contacto entre regiões, áreas ou Estados que facilitam o movimento de pessoas, bens e ideias. Embora as suas características variem em detalhe, Cohen (2003) considera que, no geral, os Estados Gateways são pequenos em área e população, cultural e politicamente distintos,

têm elevados níveis de educação, acesso favorável a áreas externas por terra ou mar e, normalmente possuem recursos naturais ou humanos especializados sobre os quais se podem construir economias direccionadas para a exportação, embora não tenham autossuficiência, dependendo do comércio com outros países para obter bens e serviços. A distinta contribuição dos Gateways, segundo o autor, é que podem estabilizar o sistema por causa da sua razão de ser como links num mundo cada vez mais interdependente, facilitando a transferência de inovação económica.

Visualizado na dimensão regional, este país encontra-se no centro do Golfo da Guiné, a menos de 2 horas de voo das mais importantes cidades da África Central e Ocidental e a menos de 48 horas de viagem marítima dos principais portos da sub-região.

Para além disso, a região alberga uma população de mais de 388 milhões de habitantes, com um PIB anual que ronda os 765 mil milhões de USD/ano (BM, 2016), o que faz dela um dos maiores e mais promissores mercados na África, ou seja, o país possui potencialidades que, bem exploradas, podem contribuir para a sua transformação num Gateway Regional.

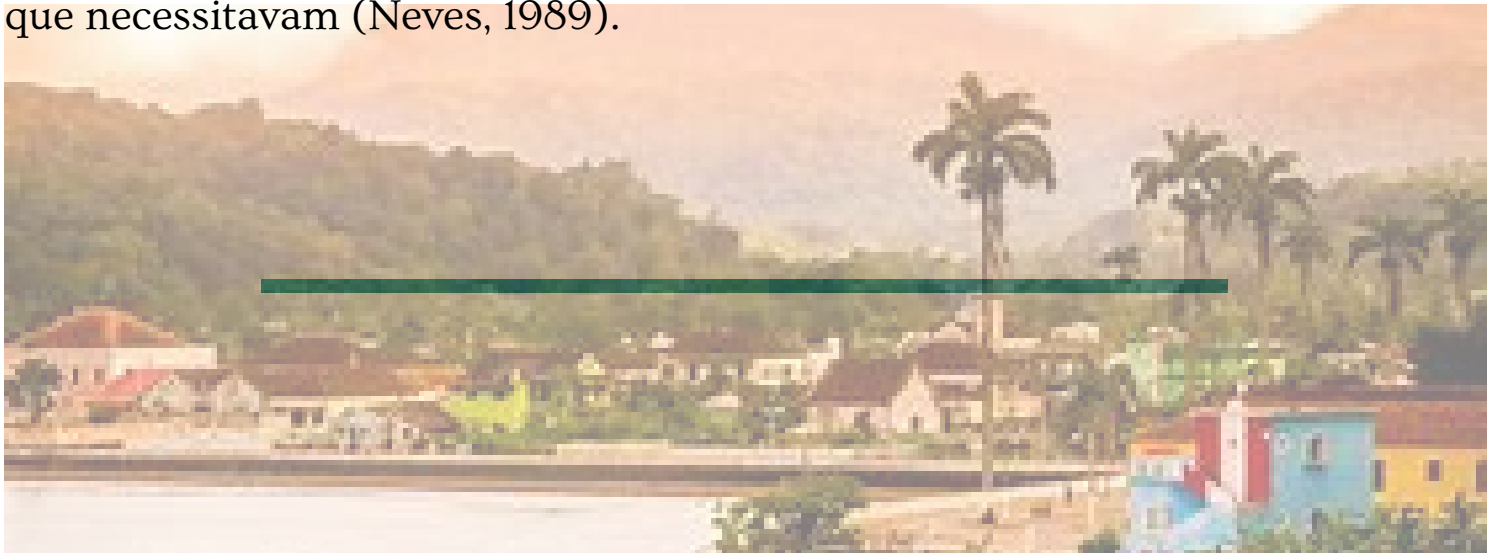


Pela sua localização, STP possui de facto uma posição geoestratégica privilegiada na sub-região africana do Golfo da Guiné, com potencialidades que confere, face aos novos desafios que se colocam a esta sub-região, uma acrescida importância geopolítica, geoestratégica e geoeconómica para o desenvolvimento nacional.



PA África Central e Ocidental, em especial o Golfo da Guiné, possuem imensos recursos naturais (petróleo, gás, diamantes, ouro e outros minerais, madeira e peixe) sendo, sem dúvidas a região potencialmente mais rica da África. A região do Golfo da Guiné é considerada uma zona de grande interesse geoestratégico e geoeconómico a nível mundial por causa das suas reservas em petróleo. Estima-se num futuro próximo que entre um terço e um quarto das importações do petróleo dos EUA provirão dessa área (Aguilar, 2013).

A importância do posicionamento geográfico de STP fez dessas ilhas o parceiro privilegiado do tráfico no ocidente africano, muito em particular na Costa da Mina, durante o séc. XVIII. De relativa importância na economia de STP foi a navegação entre as ilhas e entre estas e a costa africana. Por essas rotas processava-se uma certa circulação de mercadoria, através de embarcações de particulares e também de uma embarcação da coroa destinada ao serviço oficial. Essa embarcação navegava também entre STP e a Baía e dela serviam-se muitas vezes os moradores para a compra do tabaco de que necessitavam (Neves, 1989).



O comércio foi o fator determinante de todo o processo económico-social. STP tinha-se tornado na estalagem do Golfo da Guiné e a elas iam abastecer-se de víveres e de água tanto os navios portugueses da Baía, como os navios de outras nações europeias que comercializavam principalmente entre o Cabo das Palmas e o Cabo de Lopo. O constante fluxo de navios aos portos destas ilhas proporcionava aos seus moradores a possibilidade de venderem os seus produtos agrícolas e de adquirirem

as mercadorias da Europa, da África e do Brasil. Um outro importante ramo do comércio consistia em complementar com escravos as lotações dos navios que se achassem desfalcados e se preparavam para rumar para o continente americano, transformando, este país num centro de circulação de mercadorias, servindo de entreposto comercial entre a costa africana e o continente americano (Neves, 1989).

Segundo Daio (2016), STP já esteve no centro, quer no mapa económico do mundo luso quer no mapa da cristandade católica. De acordo com o referido autor a intensidade das atividades económicas no arquipélago despertou a atenção do Rei de Portugal e do Papa Paulo III e desde muito cedo, em 1522, São Tomé tornou-se capitania régia de Portugal. Em 1525, a vila de São Tomé

foi elevada à categoria de cidade e, em 1534, o Papa Paulo III cria a Diocese de São Tomé. Este autor considera que estrategicamente São Tomé foi um eixo na rota dos três continentes, tendo-se tornado em 1655 o eixo da colonização portuguesa na África Ocidental, centro de atividades marítimas e caminho para outros continentes, salientando que em meados do século XVI, estas ilhas tornaram-se importantes entrepostos comerciais do norte do Atlântico tendo-se convertido

num laboratório tropical, onde se adaptavam as plantas, os animais, as técnicas agrícolas e homens, à realidade dos trópicos.

Pelo anteriormente exposto constata-se que a transformação de STP num Gateway Regional representa o reconhecimento e a devolução da sua vocação natural tendo em conta que este país já desempenhou no passado estas funções quando no século XVIII servia de tráfico de escravos e navegação entre as ilhas e a Costa africana utilizando essas rotas para a circulação de mercadorias.



Oportunidade no mercado de trabalho para jovens após o ensino secundário.



Jenesse Silva
Relações Públicas & Marketing

Perante o flagelo emigratório que se assiste no país, concomitantemente com o aumento do número de jovens que terminam o 12º ano de escolaridade e agregando a condição financeira desses jovens e dos seus familiares, acho que para além do Governo que tem a responsabilidade de traçar a estratégia tendentes a melhoria da vida dos cidadãos, o setor privado e os Parceiros de desenvolvimentos devem apoiar na resolução do problema.

O sonho de qualquer jovem que termina o 12º ano é continuar os seus estudos e fazer uma licenciatura, entretanto as poucas universidades que existem no país cobram uma propina mensal acima do salário mínimo do país até o ano de 2023.

Logo, por falta de condições financeiras qualquer jovem promissor começa a perder a esperança de ver o seu sonho a se realizar e põe em linha de foco que a única solução é a emigração.

Daí que, eu penso que devem ser dadas oportunidades aos jovens para se encontrarem e descobrirem qualificações. E, o setor privado empresarial desempenha um papel preponderante neste processo.

Atualmente há uma grande necessidade no mercado, no que diz respeito aos recursos humanos. Isto suscita uma questão:





Será que não existe recursos humanos com capacidade para dar respostas as exigências do mercado ou as empresas não dão oportunidades aos jovens sem formação universitária para se descobrirem e tornarem-se em bons quadros técnico?

Na minha opinião, a questão está na falta de oportunidade que as empresas não dão aos jovens.



Porque perante as dificuldades de ingressar numa universidade, as pouquíssimas opções de cursos existentes nas universidades, entre outras situações, se as empresas criassem programas de estágios profissionais para jovens que terminam o ensino secundário (12º ano),

certamente seria uma oportunidade para esses jovens desenvolverem habilidades e competências capazes de preencherem a lacuna de escassez de recursos humanos existente no mercado atualmente.

Ironicamente as mesmas empresas que não dão oportunidades de estágios profissionais é que ao recrutarem profissionais, exigem na maior parte das vezes além do curso superior 5 anos de experiência na área.

Eu sou um exemplo real do sucesso de um programa de estágio profissional.

Após o término do ensino secundário, tive a oportunidade de participar no programa de estágio profissional da Empresa DECEL em 2017, desde então capacitei-me e desenvolvi em áreas que, nem eu sabia que tinha competências para tal, posso dizer que me descobri, deu-me a bagagem para ser uma excelente aluna, em termos de dedicação e responsabilidade. Hoje o mercado tem uma recém-licenciada, com sete anos de experiência profissional.

Isto para dizer que, há necessidade de mudar o paradigma e quebrar a ordem padronizada pela antiga sociedade, fazer o ensino secundário, frequentar a universidade e só depois entrar para o mercado profissional.



Se forem criadas políticas em instituições públicas e privadas para acolherem os jovens em busca da primeira oportunidade de estágio/emprego, a sociedade sairia beneficiada, na medida em que, futuramente esses mesmos jovens seriam profissionais qualificados para diminuir a problemática da falta de mão-de-obra qualificada.



DIPLOMACIA ECONÓMICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - VISÃO

Miller Junior Mateus

Finalista Licenciatura em Relações Internacionais
Universidade Lusíadas

São Tomé e Príncipe é um pequeno país insular com uma economia débil muito dependente da Comunidade Internacional, para a realização do seu programa governativo. A diplomacia são-tomense representa um instrumento de extrema importância para o seu desenvolvimento e a sua afirmação no cenário internacional.

Contudo a mesma enfrenta muitos desafios, pois tem dificuldades na condução de políticas que possam diversificar a economia, fomentando a atração de investimento e promover o comércio externo. A falta de infraestrutura tais como, aeroportos e portos modernos que possam responder aos novos desafios do mercado, dificulta o desenvolvimento económico.



Face a este cenário devemos encarar a Diplomacia Económica São-tomense na ótica de atração de investimento direcionados para as infraestruturas essenciais já mencionadas. A construção de um aeroporto internacional de grandes proporções, por exemplo poderá colocar o país no centro das principais escalas aéreas internacionais.

Se constituindo como um elo de ligação entre a América do Sul, África, Europa e Ásia. O aumento substancial de voos dentro do nosso espaço aéreo e o número de entrada e saída resultaria em ganhos económicos favoráveis para a economia do país com a entrada de divisas bem como a redução dependência deste país no sector primário, nomeadamente na agricultura, pesca e contribuindo para a diversificação da economia.



Por outro lado, São Tomé e Príncipe tem um potencial turístico indiscutível com a sua biodiversidade única e praias paradisíacas a diplomacia económica são-tomense deverá dar uma atenção especial a promoção do turismo e transformação de produtos agrícolas como forma de melhorar a prestação de serviço e desenvolver o sector agrícola.



São Tomé e Príncipe foi galardoado com premio do melhor chocolate do mundo em França pela marca Diogo Vaz, somos conhecidos mundialmente por produzir um dos melhores cacaos e cafés do mundo de forma biológica, foi na ilha do Príncipe onde se foi comprovada a teoria da relatividade de Albert Einstein, portanto são diversos pontos na qual a nossa diplomacia económica poderá usar para atração de investimentos, pesquisas científicas e fóruns internacionais.

Nós dispomos de uma das maiores taxas de cobertura de internet da Africa, a instalação dos cabos submarinos permite que o país possa melhorar e diversificar as suas prestações de serviços, bem como a atração de novos serviços como a instalação de uma call center.

O país assumiu no ano transato a liderança rotativa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) até o ano de 2025 este feito representa uma oportunidade de fortalecer a sua cooperação económica com os demais países que integram esta organização. No âmbito da cooperação económica o país poderá promover diversos fóruns económicos com objetivos de aprofundar as relações económicas entre os países membros.



Todavia temos que realçar um elemento crucial para que as relações económicas possam ocorrer com maior eficiência. A circulação de bens e serviços na minha opinião, deverá estar na agenda da nossa liderança, bem como a articulação de sinergias com os outros países membros no desenvolvimento de diplomas que, possam facilitar a livre circulação de commodities como forma de incentivar o nosso agro-negócio.

A nossa diplomacia económica defronta diversos desafios, contudo ela deve ser proativa e resiliente face as dinâmicas internacionais. O país precisa tirar proveito das suas vantagens competitivas, como a sua localização estratégica, é necessário que haja um maior engajamento dos atores que conduzem a nossa diplomacia económica desenvolvendo estratégias, como a facilitação de vistos, benefícios fiscais e aduaneiros de modo a atrair investidores.





BASE DE CÁLCULO DE SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL

SALÁRIO VS REMUNERAÇÃO

Demóstenes Pires dos Santos

Professor da Faculdade de Ciência e Tecnologia da USTP

Os subsídios de férias e natal estão consagrados na **Lei 6/2019 de 11 de abril** que aprova o Código do Trabalho. O artigo 145º da referida Lei institui o subsídio de férias, pelo que dispõe o seguinte “o trabalhador tem direito ao subsídio de férias equivalentes ao salário mensal por si recebido, devendo ser ambos pagos no momento do recebimento da sua remuneração habitual e, em que o trabalhador entre no gozo efetivo das suas férias”.

Ainda referente ao subsídio de férias, o nº 5 do artigo 189º determina que o montante do subsídio de férias deve ser igual ao montante do salário que o trabalhador auferir: “o trabalhador para além do seu salário normal tem direito ao subsídio de férias equivalente ao mesmo montante do salário por si mensalmente auferido”.





O artigo 141.º na mesma Lei determina que o empregador deve pagar ao trabalhador o subsídio de natal, estabelecendo o seguinte: “...pagar ao trabalhador o subsídio de natal, de valor igual ao salário por si auferido mensalmente”.



A legislação Santomense estabelece a obrigatoriedade de pagar os subsídios acima citados, entretanto não define de forma objetiva em que base deve-se calcular os respectivos subsídios. Para preenchemos a subjeção da Lei 6/2019 relativamente a este aspeto, recorreremos ao direito comparado de outras legislações, nomeadamente Portuguesa e Brasileira.

Segundo a legislação Portuguesa, Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro que aprova o Código do Trabalho, no seu artigo 150.º define o conceito de remuneração como o montante pecuniário correspondente ao nível remuneratório da posição remuneratória onde o trabalhador se encontra na categoria de que é titular ou do cargo exercido em comissão de serviço. No n.º 2 do mesmo artigo determina que a “remuneração base anual é paga em 14 mensalidades, correspondendo uma delas ao subsídio de Natal e outra ao subsídio de férias, nos termos da lei”.

O artigo 160.º da mesma Lei determina que “os subsídios de férias e de Natal são calculados com base na média dos valores de retribuições e compensações retributivas auferidas nos últimos 12 meses, ou no período de duração do contrato se esta for inferior”.

A Por seu lado, na legislação Brasileira a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, no seu artigo 457.º menciona que “... incluir na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber, as gratificações legais e as comissões, além dos adicionais devidos decorrentes da prestação de serviços como horas extras, adicional noturno, insalubridade, periculosidade, dentre outros”.



Para alguns juristas, existe algumas diferenças entre os termos salário e remuneração no direito do trabalho brasileiro. O salário diz respeito apenas ao pagamento em dinheiro, e a remuneração engloba também as utilidades, como alimentação, moradia, vestuário, e outras prestações in natura, como por exemplo a gorjeta.





A distinção entre as duas deve ser feita, pois enquanto algumas verbas como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, férias e o 13º Salário são calculados pela remuneração, outras como adicional noturno e o repouso semanal remunerado são calculados pelo salário.

Entretanto, de forma alargada o salário ou remuneração é o conjunto de vantagens habitualmente atribuídas aos empregados, em contrapartida de serviços prestados ao empregador. A expressão salário inclui todas vantagens habitualmente atribuídas ao trabalhador, ou seja, salário base e restantes subsídios.

Pela interpretação extensiva dos artigos 141.º, 145.º e do nº 5 do artigo 189.º todos da Lei 6/2019 de 11 de abril que aprova o Código do Trabalho, entende-se que o legislador estabelece que o subsídio de férias e de natal são equivalentes ao salário mensal recebido pelo trabalhador e que a expressão salário aqui referida diz respeito ao valor da remuneração habitual, ou seja, salário base mais os restantes subsídios recebidos mensalmente.



A Lei n.º 11/2009, de 8 de outubro aprova a republicação do Código do Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS), no seu artigo 40.º, determina que o rendimento coletável das Categorias A e B é o que resulta do englobamento dos rendimentos dessas categorias, auferidos em cada ano, depois de feitas as deduções e os abatimentos previstos na própria Lei. O artigo 66.º da mesma Lei estabelece as taxas do imposto aplicáveis às Categorias A, B e D, após o englobamento dos rendimentos.

O englobamento de rendimentos acontece quando os valores que recebeu de rendimentos tributados a uma taxa liberatória ou especial são adicionados aos restantes, como salários.

Pelo exposto, conclui-se que:

- Salário ou Remuneração é o conjunto de vantagens habitualmente atribuídas aos empregados, em contrapartida de serviços prestados ao empregador.
- O montante do subsídio de férias e de natal devem ser iguais ao montante do salário que o trabalhador auferir mensalmente.
- Os subsídios de férias e natal são calculados com base na remuneração que o trabalhador auferir mensalmente.
- O rendimento coletável resulta do englobamento dos rendimentos dessas categorias, auferidos em cada ano, depois de feitas as deduções e os abatimentos previstos na própria Lei.





DECEL, LDA

Contabilidade, Auditoria e Consultoria

PUBLICIDADE

EMPREENDIMENTO

NEGÓCIO

MARKETING

ONLINE

ADVERTISING SPACE

**Espaço
reservado a
publicidade!**

www.empresadecel.com

C.J-CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SUPERIOR, LDA



Com mais de 600 formados, de entre jovens à busca de primeiro emprego e profissionais de Organismos públicos e privados, o C.J-Centro de Formação Profissional e Superior, é uma instituição voltada para formações diversas.

A missão é de formar indivíduos com competências profissionais alicerçadas na criatividade e capacidade técnica, no trabalho em equipa, bem como no potencializar das valências pessoais e da cidadania, através de um ensino personalizado em que se trabalha o saber, o saber fazer e o saber estar.



São Tomé

Av.kwame N'kruma - Ponta Mina | Edifício Manuel da Glória



Telefone: +239 9819478 | 9919919



Email: cjcfps.lida@gmail.com



Horário de funcionamento:

Segunda à Sexta (Das 08h00 as 12h00 | Das 14h00 às 17h30)





Agência de Turismo fundada em 2015, composta por uma equipa de profissionais. Os nossos serviços são de Alojamentos, excursões, transferes e rent a car.

Explore STP Turismo **DMC**

São Tomé e Príncipe

PACKAGES & TOURS

- Alojamentos
- Excursões
- Rent a car



Rua Patrice Lumumba, São Tomé
Contacto: +239 9834184
Whatsapp: +351 963107064
reservas.explorestp@gmail.com
www.explore-stp.com

Explora São Tomé e Príncipe com a Explore!

Viva experiências únicas e marcantes ao volante de Guias Profissionais e credenciados.

Visite e Explore cada recanto de história, cultura e tradição onde o verde não admite alternativas se não cambiantes!

Faça já a sua reserva: reservas.explorestp@gmail.com



A JAERA é o nome por trás de muitos projetos e sonhos. Determinados, buscam a satisfação dos clientes e parceiros, unindo a motivação da venda com a realização da compra. É esse compromisso que nos motiva a fazer sempre o melhor, concretizando sonhos e negócios de sucesso.



São Tomé

Av.kwame N'kruma - Ponta Mina | Edifício Manuel da Glória



Telefone: +239 9059019 | 9936648



Email: jaeraimobiliaria@gmail.com

Somos especialistas
em buscar
a casa dos seus sonhos.



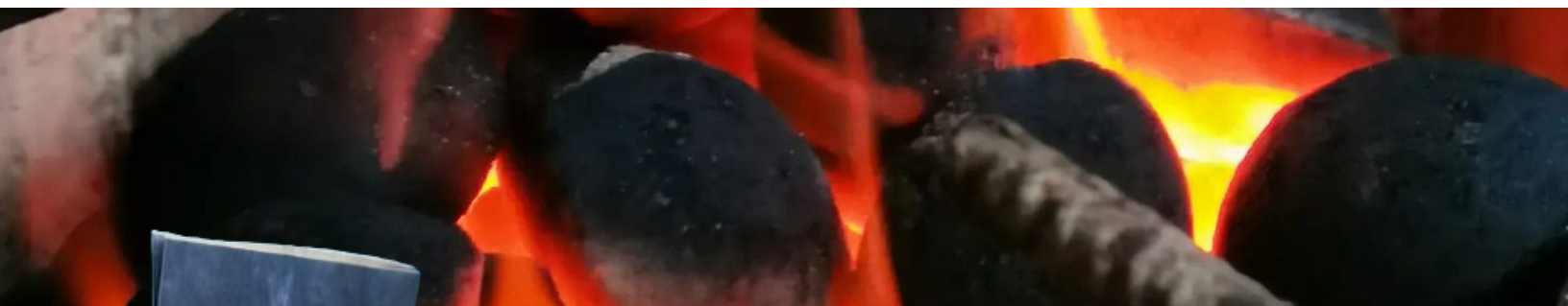
A sua chave
aqui!

www.jaeraimobiliaria.com

CARVÃO 100% ECOLÓGICO



Vendas de Carvão ecológico feito à Base de Casca de coco.



ECOBLASA é uma marca que se orgulha em ser produtora e vendedora de um carvão 100% ecológico produzido à base de casca de coco e lixo orgânico que “visa proteger o meio ambiente combatendo a desflorestação”.

São Tomé

Bairro dos casados-Santana

Telefone: +239 9090133

Email: eecoblasa@gmail.com



Localizada no centro da cidade, com um espaço climatizado e o melhor atendimento, a Farmácia Central oferece o serviço de:

- Venda de medicamentos
- Controlo de peso
- Controlo de Glicémia
- Controlo de Pressão Arterial

Contém também a Kliné, um espaço reservado a serviços de Fisioterapia e Massagem diversas.

Na farmácia Central tens a oportunidade de fazer parte do atendimento VIP, com o cartão Cliente VIP, beneficiando de descontos nas compras e encomendas de medicamentos.

Tudo o que você procura em um estabelecimento farmacêutico encontra na Farmácia Central. Experiência, melhores preços e linha completa de medicamentos.



Farmácia Central está situada na Avenida Kwame N'kruma (ponta mina), no edifício Manuel da Glória; Telemóvel: +239 9999446

Horário de funcionamento:
Segunda à Sábado (Das 08h00 as 20h00)
Domingo (Das 08h00 às 12h00)

Filial:
Pantufo - Pema Pema
Bôbô Forro



BAR . GELATARIA . PASTELARIA



  **Sabor Intenso**  
São Tomé



Com um conceito de um bar de praia simples e confortável para que os clientes possam relaxar, e deliciar os produtos.

Prestando o serviço de coffee break para quem queira dar vida e sabor às suas atividades.

São Tomé

Av. Marginal 12 de julho

Telefone: +239 9803424



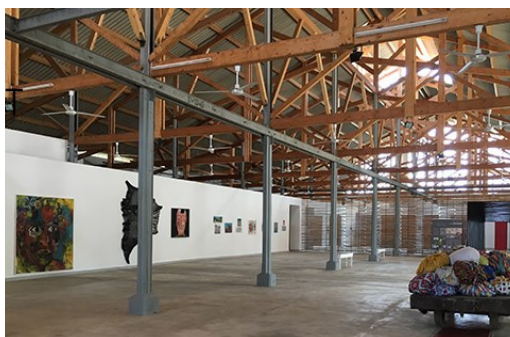
www.jaeraimobiliaria.com



CASA
das
ARTES
CRIAÇÃO
AMBIENTE
UTOPIAS

O Espaço Cultural de São Tomé, CACAU – Casa das Artes Criação Ambiente Utopias – está localizado no edifício das antigas oficinas de obras públicas da época colonial (agora restauradas), entre o forte (Museu Histórico Nacional STPI) e o Palácio Presidencial.

A CACAU pretende funcionar como um polo central para a promoção da cultura nacional, em todas as suas vertentes.



São Tomé
Largo das Alfândegas



+239 222 2625



cacau.saotome@gmail.com

TINTEIROS



SOLUÇÕES



A TINTEIROS E SOLUÇÕES é uma empresa preocupada com o nosso meio ambiente e as mudanças climáticas, por isso o nosso negócio é vocacionado para a reciclagem de tinteiros e toners usados na impressão de documentos e que levam centenas de anos a se decomporem.

Recarga de tinteiros e toner, venda de consumíveis informáticos, serviços de cópia e impressão

São Tomé – Kilombo

Telefone: +239 9990151

Email: tinteirosolucoes@gmail.com

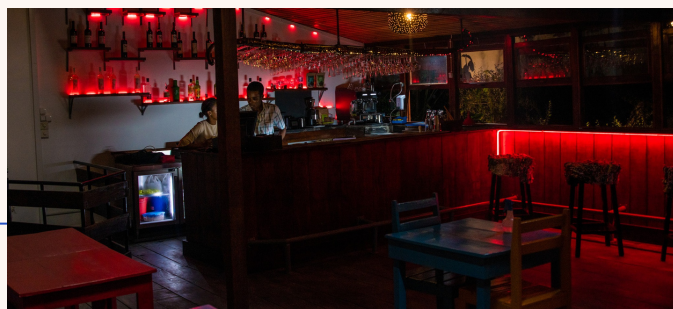
ABAYA DA BÔO



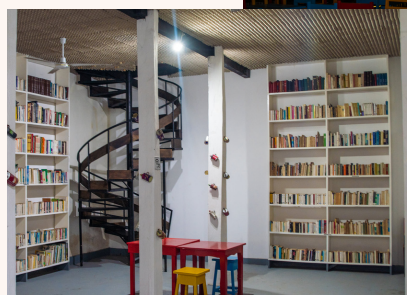
Um spot, localizado na Marginal 12 de julho, foi idealizado para oferecer os melhores serviços



Um espaço onde poderá desfrutar de momentos de lazer com família e amigos, com os melhores drinks, pequeno almoço, lanches, petiscos diversos, etc



Além do mais, poderá contemplar a beleza do nosso país através da refrescante esplanada.



São Tomé
Av. Marginal 12 de julho,



+ 239 989 0799



abayadaboo@gmail.com



Impressoras—Uma gama completa de equipamentos versáteis, rápidos e baixos custos de impressão.

Assistência técnica–Departamento técnico com formação para instalação, manutenção e reparação dos equipamentos comercializados.

Serviços de impressão-Formatos A4, A3, A2, A1 e A0 a preto e branco e cores.

Grandes formatos em Vinil e Lona, Banners, Roll ups, sinalética, outdoors.

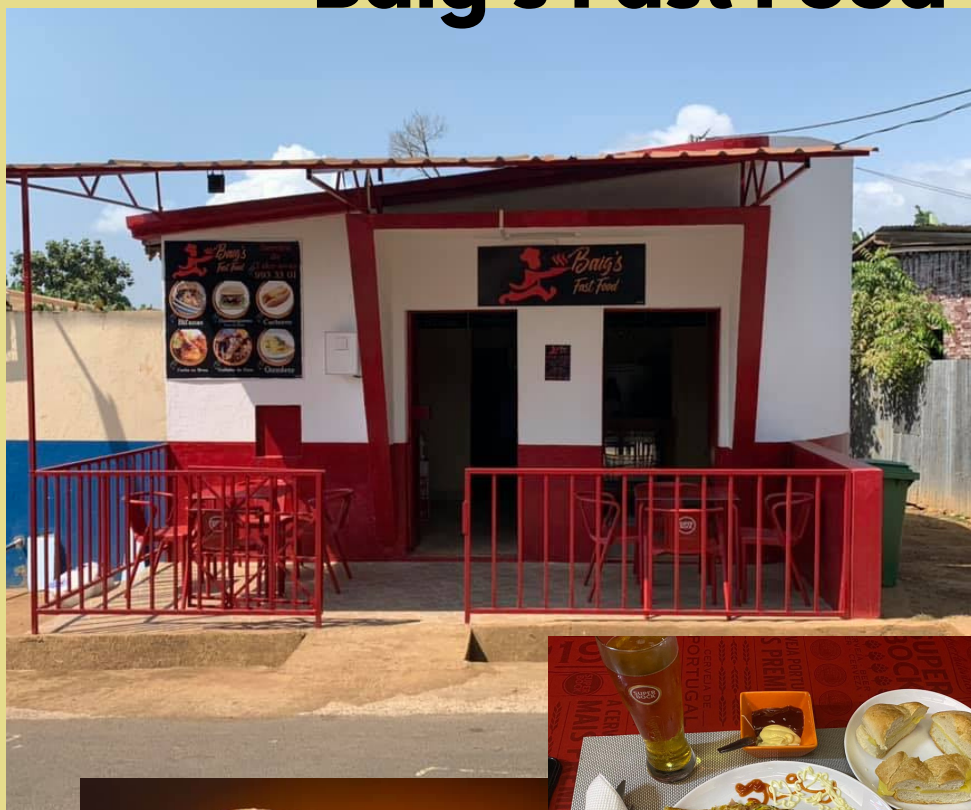
Impressão de desdobráveis, folhetos, caledários, agendas, livros, revistas.



2^a a 6^a: 8h-12h30 |14h30-18h
da loja: Sábado: 8h-13h
Loja 1-Av. Kwame N` Krumah
Loja 2-Quilombo

Av. Kwame N` Krumah, São Tomé
+239 2226406 - 983 4080
globaltec.geral@gmail.com
globaltecstp.com

Baig's Fast Food



Um estabelecimento que tem como especialidade, oferecer aos seus clientes a mais elevada experiência gastronômica em Fast Food.



📍 São Tomé
Oque-Del-Rei(Ao lado Igreja Mundial)

☎ +239 993 3301

✉ Baigfastfood@gmail.com

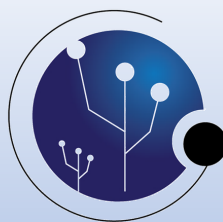
🕒 Aberto de Segunda à Domingo



FOVAT GROUP empresa nacional, que atua no mercado desde 2017, nos setores de Informática, Gestão e Saúde, oferecendo serviços de formação, desenvolvimento de sistemas informáticos e comércio de consumíveis e acessórios informáticos.

A empresa destaca-se pela sua abordagem centrada na inovação, rigor e simplicidade, visando fornecer soluções tecnológicas personalizadas e eficientes para os mercados de educação, saúde, administração e áreas correlatas.

A nível de formação, a transformação de vidas é uma prioridade, alcançada através da integração da tecnologia, infraestrutura moderna e metodologias ativas de ensino, permitindo que cada aluno tenha uma experiência única e adquira novas habilidades tanto na esfera pessoal quanto na profissional. Por meio dessa abordagem, a FOVAT visa a não apenas transmitir conhecimento, mas também promover mudanças significativas nos indivíduos, capacitando-os para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo com confiança e competência.



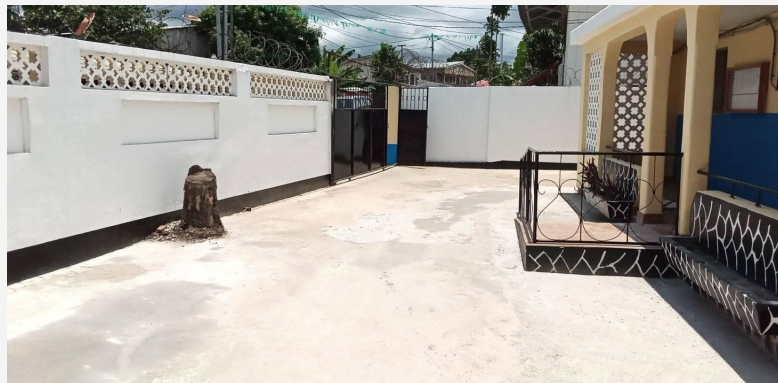
Fovats Group

Formações

Informática

Software

Design



Vila Maria, São Tomé



+239 998 1550



geral.groupfovats@gmail.com



fovatsgroup.wixsite.com/fovatsgroup



A sua loja de eleição, que oferece o melhor produto com alta gama de qualidade. Disponibiliza venda de Roupas Femininas, Cosméticos e outros.



São Tomé

Quilombo, São Tomé

+239 988 2946

bonfimworld@gmail.com

Aberta de Segunda à Sábado

RESENHA TRIMESTRAL

ECONÓMIA E FINANÇA

Principais Assuntos
Nacionais e Internacionais

News



BANCO MUNDIAL APROVOU NOVO PROGRAMA DE AJUDA FINANCEIRA PARA SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O novo quadro de apoio financeiro do Banco Mundial para os próximos 5 anos, foi concebido em conjunto com os técnicos nacionais. São Tomé e Príncipe definiu as acções prioritárias a serem desenvolvidas.



DIRECÇÃO DAS PESCAS ELABORA PROPOSTA DE LEI PARA CRIAÇÃO DE ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS

Numa nota de imprensa a direcção das pescas diz que a proposta de decreto-lei para criação de Áreas Marinhas Protegidas em São Tomé e Príncipe, pretende garantir o presente e o futuro das pescas.



FRANÇA DISPONIBILIZOU 2 MILHÕES DE EUROS PARA FINANCIAR O OGE E PARA TIRAR AS RESERVAS EXTERNAS DO VERMELHO

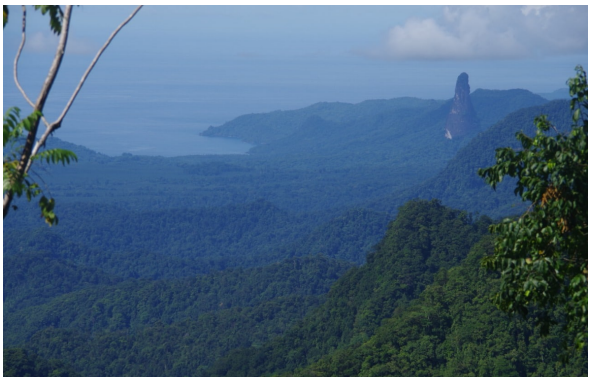
O acordo de financiamento foi assinado nas instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros em São Tomé. A assinatura do acordo de financiamento na última sexta-feira comprovou a retoma das ações de cooperação bilateral entre os governos da França e de São Tomé e Príncipe.



FAO LANÇA NOVO PROJETO DE RESTAURAÇÃO DO ECOSISTEMA FLORESTAL DE 5 MILHÕES DE EUROS

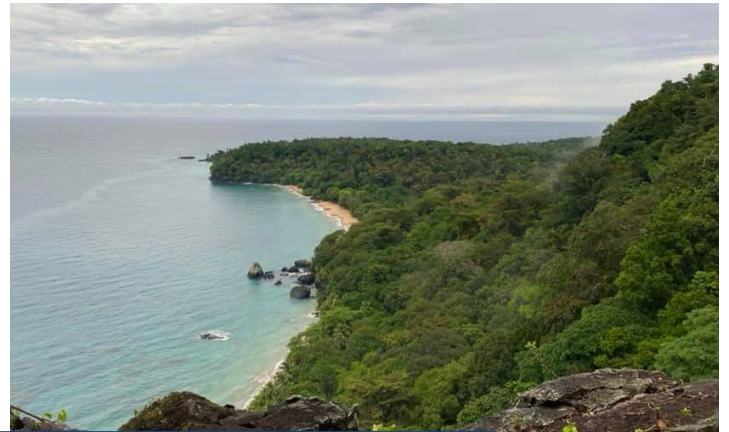
O projeto de restauração do ecossistema para maior biodiversidade, paisagens produtivas, e meios de subsistência sustentáveis é financiado pelo fundo global para o ambiente.

Começa a ser executado a partir do segundo semestre de 2025, e o financiamento é de 5 milhões de euros.



STP PROCURA MOBILIZAR FINANCIAMENTO PARA ACELERAR A TRANSIÇÃO VERDE E AZUL

A conferência sobre finanças ambientais para a conservação da biodiversidade é uma iniciativa do governo santomense abraçada pelo sistema das nações unidas e o banco africano de desenvolvimento



BAD DIZ QUE TEM CARTEIRA DE CRÉDITO DE 60 MILHÕES DE DÓLARES PARA STP

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) pretende ajudar o governo a reformar todo o sistema energético do país. Garantir a sustentabilidade financeira da Empresa Estatal de Eletricidade, é uma das principais prioridades.

Cerca de metade do valor de 60 milhões de dólares está a ser aplicado no setor da energia. Os sectores da agricultura e empreendedorismo absorvem a outra metade.



COOPERAÇÃO PORTUGUESA EVITA A ROTURA DO STOCK DE MEDICAMENTOS E DE REAGENTES NO SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE

Um donativo avaliado em cerca de 134 mil euros, para salvar vidas em São Tomé e Príncipe. Para além de medicamentos, reagentes para laboratório e outros consumíveis hospitalares, a cooperação portuguesa ofereceu sondas para o sector de cardiologia do hospital central Ayres de Menezes.

A grande quantidade de medicamentos foi entregue ao Ministério da Saúde nas instalações do Fundo Nacional de Medicamentos.



Feira do dia Mundial do Consumidor brilha capital são-tomense numa organização do BCSTP



"A capital são-tomense acolheu uma feira, por ocasião do dia Mundial dos Direitos do Consumidor, organizada pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) em parceria com as instituições financeiras que operaram no arquipélago. Um dos elementos da comissão organizadora, sublinhou que o evento tem como pano de fundo "promover a defesa do consumidor "...

TESLA STP garante solução para o setor energético em São Tomé e Príncipe

A empresa Tesla STP, de investimento turco, inaugurou uma central com capacidade para produzir 10 megawatts de eletricidade em São Tomé e anunciou a instalação de duas novas centrais



São Tomé vai ter nova central fotovoltaica de mais 10 MW para reforçar a estabilidade energética

O diretor da AFAP considerou que o projeto "vem mudar de forma radical o setor energético no país", através da "redução do custo de eletricidade", e vai contribuir para "melhorar o ambiente de negócios e atrair o investimento direto estrangeiro".



Bruxelas dá 500 milhões para UE produzir dois milhões de munições por ano



Em causa está a Estratégia Industrial de Defesa Europeia, criada para responder às lacunas de investimento no setor.

"Este montante permitirá à indústria de defesa europeia aumentar a sua capacidade de produção de munições para dois milhões de cartuchos por ano até ao final de 2025", argumenta a instituição.

Taxa de desemprego subiu num terço dos países do euro no final de 2023

De acordo com os dados do inquérito ao emprego do quarto trimestre, publicados pelo Eurostat, sete países do euro assistiram no final de 2023 a alguma degradação no indicador de desemprego.

Neste grupo está Portugal, cuja taxa de desemprego registou uma subida ligeira - de 6,2% para 6,3% - no quarto trimestre.



Mais de 5 mil entidades disputam IRS dos contribuintes

Lista de beneficiários para entrega de 0,5% do IRS ou do IVA nas faturas pedidas em restaurantes, hotéis ou oficinas foi atualizada e voltou a subir. Contribuintes podem já indicar a entidade escolhida.

Sonangol em Houston para captar investidores norte-americanos no setor energético



A companhia petrolífera nacional de Angola, Sonangol, participa numa reunião em Houston para convidar os investidores norte-americanos a apostarem na exploração e produção de petróleo neste país lusófono, apresentado como "um parceiro competitivo". "A Sonangol aumentou a sua competitividade e capacidade como operador através de um processo de privatização iniciado pelo Governo e que ficará completo em 2026; agora, a Sonangol está ativamente à procura de parceiros para projetos.

Angola: Diminuição de receitas do setor dos diamantes

O secretário de Estado dos Recursos Minerais de Angola, Jânio Correia Vítor, anunciou, no final desta semana, que as receitas diamantíferas caíram 20%, o governante justificou a queda da produção pelos serviços de otimização e condicionamento da central de tratamento da Sociedade Mineira do Luele e a reestruturação de alguns projetos.



Taxa de juro na habitação cai em fevereiro pela 1.ª vez em dois anos para 4,641%

A taxa de juro implícita dos contratos de crédito à habitação diminuiu em fevereiro pela primeira vez desde março de 2022, recuando 1,6 pontos percentuais para 4,641%, divulgou hoje o Instituto Nacional de Estatística (INE).



Portugal Digital com Lusa Nos contratos celebrados nos últimos três meses, a taxa de juro desceu pelo quarto mês consecutivo, passando de 4,315% em janeiro para 4,197% em fevereiro. Para o destino de financiamento aquisição de habitação, o mais relevante no conjunto do crédito

GOVERNO APROVA VERBA DE 90 MILHÕES PARA DESCARBONIZAR TRANSPORTES PÚBLICOS

Lisboa e Porto ficam com metade da verba que será gerida pelo Fundo Ambiental. Apoios serão para aquisição de autocarros com nível nulo de emissões (elétricos ou a hidrogénio) e também para as respetivas infraestruturas de carregamento. Thilo Schmuelgen Reuters O Governo decidiu avançar com a publicação do regulamento para atribuição dos apoios para a descarbonização dos transportes públicos para não perder os apoios do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).



ALTICE VENDE NEGÓCIO DE MEDIA EM FRANÇA POR 1,5 MIL MILHÕES DE EUROS



O grupo Altice fechou um acordo para a venda de um dos seus grandes ativos em França. A Altice Media dá emprego a 1.700 pessoas e passa agora para as mãos de outro grupo francês. O grupo Altice anunciou um acordo para a venda da Altice Media em França por 1,55 mil milhões de euros ao grupo CMA CGM, propriedade da família Saadé, dona de meios como o Le Tribune, e à Merit France. O negócio envolve a totalidade do capital do grupo de media, que inclui órgãos de comunicação social como a BFM e a RMC

IFTHENPAY CRESCE 16% EM FACTURAÇÃO E ULTRAPASSA AS 27 MIL ENTIDADES EM 2023

Para 2024, a empresa nacional espera continuar a crescer e chegar aos 1,55 mil milhões de volume de pagamentos. A Ifthenpay anunciou os resultados do ano passado em que registou um volume de negócios de 5,7 milhões de euros, um aumento de 16% em relação a 2022.



GOVERNO AUTORIZA 88 MILHÕES PARA O CIRCUITO HIDRÁULICO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

O Governo autorizou, no passado dia 15 de março, um investimento superior a 88 milhões de euros para o Circuito Hidráulico de Reguengos de Monsaraz e respetivos blocos de rega, refere o comunicado no site do Ministério da Agricultura e Alimentação. O projeto, inserido no Programa Nacional de Regadios, irá beneficiar uma área com cerca de 10 273 hectares que se situam no distrito de Évora, nos concelhos de Reguengos de Monsaraz, Portel, Évora e Viana do Alentejo.



DECEL ON SCREEN INFORMATION

SEASON 01/24

1ª EDIÇÃO

DECEL  17 *Anos*

20
24

sustainability
Development
Governance



www.empresadecel.com

Produção e Edição : Decel.Ida
Designer : Departamento de Designer e Marketing